



**A INICIATIVA CINTURÃO E ROTA DA SEDA: UMA LEITURA A PARTIR DAS  
TEORIAS REALISTA E RELACIONAL**

**THE BELT AND SILK ROAD INITIATIVE: A READING FROM REALIST AND  
RELATIONAL THEORIES**

**DOI: 10.29327/252935.14.1-10**

**Fernanda de Castro Brandão Martins<sup>1</sup>**

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro – Rio de Janeiro - Brasil

**Resumo:** A ascensão da China se apresenta como um desafio para o cânone das teorias de Relações Internacionais. Contudo, tal fenômeno tem impactos profundos no sistema internacional e precisa ser melhor compreendido visto seus impactos na distribuição de poder e na dinâmica do sistema. Assim, o objetivo deste artigo é fazer uma breve análise da Iniciativa Cinturão e Rota da Seda, importante projeto no processo de ascensão da China, a partir das teorias Realista e da Teoria Relacional. O artigo traz, também, uma breve síntese da análise a partir dessas duas vertentes teóricas.

**Palavras-chave:** China. Cinturão e Rota da Seda. Realismo. Teoria Relacional.

**Abstract:** China's rise presents itself as challenge to the canon of International Relations theory. Nevertheless, this phenomenon is greatly important given the deep impacts in the international system and must be better understood given the outcomes related to the distribution of power and the system's dynamics. Hence, the purpose of this article is to make a short analysis of the Belt and Road Initiative, an important project in the process of China's rise, from a Realist perspective and from Relational Theory's perspective. The article also brings a short synthesis of both theories analysis.

**Key-words:** China. Belt and Road Initiative. Realism. Relational Theory.

**Recebido:** 24/11/2022

**Aprovado:** 21/03/2023

---

<sup>1</sup> Email: fecbrandao@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8343-4020>

## **Introdução**

Desde 1979, após as reformas econômicas intensificadas por Deng Xiaoping, a República Popular da China tem passado por 40 anos de crescimento econômico significativo que alçaram o país à posição de segunda maior economia do mundo e grande potência em ascensão. Essas mudanças são acompanhadas por pressões domésticas e sistêmicas sobre o papel e o lugar da China no sistema internacional e sobre a melhor estratégia a ser empregada pelo país a fim de dar continuidade ao seu crescimento econômico, a melhoria das condições sociais domésticas e como deve-se integrar e participar da governança e do ordenamento do sistema internacional.

Nesse sentido, à medida que a China desponta como grande potência em ascensão, Beijing necessita de uma estratégia que permita ao país dar continuidade à busca dos seus interesses nacionais no sistema internacional.

O projeto do Cinturão e Rota da Seda (CRS) aparece nesse cenário como uma iniciativa que pode ser entendida como a consolidação da forma como a China tem buscado posicionar-se no sistema internacional e reúne as principais características que, geralmente, embasam as relações bilaterais do país, como o pragmatismo, a busca por ganhos mútuos e o aprofundamento das relações econômicas.

A iniciativa é mais que um projeto de integração e desenvolvimento econômico, é uma estratégia que engloba diversas áreas da política externa chinesa e envolve questões estratégicas, como acesso a recursos naturais, projeção de poder político e, potencialmente, militar da China, entre outras questões de suma importância para o país.

O CRS está no centro dos planos do Partido Comunista Chinês para o centenário da República Popular da China, em 2049, quando se pretende que o país tenha consolidado novamente sua posição como grande potência no sistema internacional (Rolland, 2017).

O objetivo desse artigo é fazer uma breve leitura, a partir da teoria realista e da teoria relacional, da Iniciativa Cinturão e Rota da Seda e como esta iniciativa/estratégia pode ser entendida como parte da grande estratégia chinesa para sua inserção no sistema internacional.

Há argumentos contrários à análise da inserção internacional da China, por meio de teorias ocidentais, uma vez que a racionalidade por trás da atuação política do país é informada por outras bases filosóficas incompatíveis com as que sustentam as teorias ocidentais (Pires & Paulino, 2017; Zhang, 2015).

Argumenta-se, contudo, que uma leitura realista da iniciativa CRS é importante para a compreensão dos impactos que esta pode ter no sistema internacional e que, apesar das divergências entre as tradições filosóficas que informam a racionalidade de atuação da China e dos estados

ocidentais, a convivência e a socialização no sistema de estados nacionais, em alguma medida, informam a racionalização da política chinesa hoje.

Este fato pode ser observado na preocupação do país em não repetir falhas passadas, principalmente no sentido de não possuir capacidades militares suficientes para proteger a integridade nacional diante de possíveis ameaças externas.

Em contrapartida, opta-se por fazer uma leitura comparativa a partir da teoria relacional já que ela tem seus fundamentos na tradição filosófica chinesa, principalmente, nos escritos de Confúcio. Por fim, faz-se uma breve discussão sobre a potencialidade de uma síntese realista-relacional para a compreensão da inserção chinesa no sistema internacional no século XXI.

### **1. A iniciativa Cinturão e Rota da Seda**

A Iniciativa Cinturão e Rota da Seda é um conjunto de duas propostas apresentadas separadamente por Xi Jinping, em 2013, que possuem lógicas e dinâmicas complementares, formando uma única grande iniciativa. A primeira parte é o Cinturão da Seda, que envolve a construção de corredores de infraestrutura terrestre que conectem a China à Europa via Ásia Central. São esperados cerca de 11 mil km de ferrovias e rodovias, gasodutos, infraestrutura de telecomunicação e cabos de fibra ótica (Rolland, 2017).

Já a parte da Rota da Seda, refere-se à construção de infraestrutura, em termos de portos e rotas marítimas, que permitam a formação de corredores marítimos passando pelo Mar do Sul da China, pelo Oceano Índico e pelo Mar Mediterrâneo. Ambas as iniciativas buscam resgatar o espírito da antiga Rota da Seda, através da qual produtos chineses chegavam à Europa.

Atualmente, o objetivo da iniciativa não é mais apenas uma questão de escoamento de produtos nacionais, mas implica em aproximação e aprofundamento da interdependência econômica do país com seus vizinhos participantes da iniciativa. Ela está relacionada a mudanças no modelo de desenvolvimento econômico da China, ao alcance de segurança energética e ao acesso a recursos naturais, além de poder ser entendida como uma resposta à mudança de postura dos Estados Unidos para a Ásia, com a política de “*Pivot to Asia*” do governo Obama (Rolland, 2017).

A iniciativa envolve um conjunto de investimento em infraestrutura, que criarão seis grandes corredores que conectarão à china a outros mercados, buscando diminuir a dependência chinesa por rotas dominadas por outras grandes potências. Assim, a iniciativa CRS tem um aspecto econômico bastante significativo, no sentido que mobiliza um montante expressivo de investimentos que serão direcionados não apenas a províncias chinesas, mas também a outros países que façam parte do projeto.

De acordo com Xi Jinping, os objetivos do CRS incluiriam melhorar a comunicação e a conexão via infraestrutura terrestre, reforçar o comércio e a circulação de moeda chinesa e aumentar o entendimento entre os povos (apud Pires & Paulino, 2017).

O CRS poderá ter diversos impactos positivos para a China, que incluem ajuda no processo de mudança do modelo de desenvolvimento nacional em busca de um modelo menos dependente de exportações e Investimento Externo Direto (IED), assegurando acesso a recursos naturais, inclusive energéticos, fundamentais para a continuidade do crescimento da economia chinesa, o que consolidará a posição do país como exportador de capital e ajudará na internacionalização da sua moeda nacional. Acredita-se ainda que a aproximação com os parceiros da iniciativa reduzirá possíveis questões de segurança que possam emergir dada a maior aproximação política que a iniciativa criará (Martins & Valls Pereira, 2019; Pu, 2016).

Simultaneamente, o CRS desponta como atrativo para os parceiros chineses, principalmente países em desenvolvimento que veem na estratégia uma oportunidade de acesso a investimentos em infraestrutura, sem constrangimentos e condicionalidades geralmente associados ao acessar tais recursos em relação a instituições e potências ocidentais. Apesar do foco do CRS ser o continente Asiático, a iniciativa despertou interesses em outros continentes, como a África e a América Latina, levando à expansão do projeto para englobar investimentos nessas regiões também. Hoje, há países em todos os continentes que já assinaram acordos de cooperação com a China sob o guarda-chuva do CRS.

Há grande discussão na China sobre em que medida o Cinturão e Rota da Seda representam uma iniciativa ou uma estratégia de inserção internacional chinesa (Pu, 2016). Nesse artigo, entende-se o CRS como uma mistura dos dois, uma iniciativa de investimentos econômicos, mas acompanhada de uma estratégia de expansão da presença chinesa nos âmbitos econômico, político e de segurança do sistema internacional, seguindo o entendimento de Xiaoyu Pu (2016). Afinal, o econômico é sempre político, quer seja de forma intencional ou não. Assim, o projeto é analisado como parte da estratégia chinesa para sua transição de potência em desenvolvimento para grande potência mediando o processo de expansão da projeção do poder chinês no sistema internacional.

## **2. Uma breve leitura realista do Cinturão e Rota da Seda**

No intuito de fazer uma leitura realista do Cinturão e Rota da Seda, recorre-se à literatura vinculada à Teoria da Estabilidade Hegemônica (TEH). Em suma, a teoria enuncia que o ordenamento do sistema internacional acontece por meio de ciclos de hegemonia, marcados pela construção de uma

ordem internacional pautada nos princípios, nos valores e nos interesses do poder hegemônico em questão. (Gilpin, 1981).

Apesar de enunciar que a mudança entre ciclos hegemônicos é marcada por uma grande guerra, a teoria reconhece a possibilidade de outras formas de transição não violentas, ainda mais depois do advento dos armamentos nucleares e do aumento da interdependência econômica entre os países como resultado da globalização (Gilpin, 1981).

De acordo com a teoria, mudanças no sistema internacional acontecem quando há redistribuição de poder no sistema internacional e há a percepção de que os benefícios de mudar o sistema por expansão econômica, política ou territorial são maiores que os custos marginais para a potência em ascensão (Gilpin, 1981, pp. 10-11).

Simultaneamente, para a potência hegemônica em declínio, há o progressivo aumento dos custos de manutenção da ordem. A expansão do poder em ascensão acontecerá até que os custos marginais de mudança da ordem se igualem aos benefícios esperados (Gilpin, 1981, pp. 10-11). Ou seja, quando há acúmulo de poder por uma nova potência, essa buscará estender sua influência de acordo com suas novas capacidades adquiridas, enquanto os benefícios forem maiores que os custos.

Quando um novo equilíbrio é alcançado, uma nova ordem centrada nos valores, nos princípios e nos interesses da potência hegemônica dominante será constituído no sistema internacional por meio da criação de arranjos sociais, econômicos e políticos para avançar seus interesses (Gilpin, 1981, p. 10-11).

A governança internacional é entendida pela teoria como a provisão de bens públicos pelo poder hegemônico em troca de ganhos marginais para aqueles que aderirem à ordem de governança proposta, de forma que a não participação nela pode significar a negação de ganhos (Gilpin, 1981, p. 53).

A partir dessa perspectiva, o Cinturão e Rota da Seda pode ser entendido como uma estratégia para a continuidade da expansão do poder econômico, político e até mesmo social da República Popular da China, como desdobramento da ascensão do país como potência emergente. Assim, mais que uma estratégia de desenvolvimento, o CRS pode ser entendido como uma estratégia geoeconômica, combinada com a expansão do poder econômico atrelado à realização e consolidação de interesses políticos chineses (Pu, 2016). O CRS permitirá à RPC dar continuidade ao seu crescimento econômico e a consolidação da sua preponderância em termos materiais no sistema internacional.

A continuidade do crescimento econômico permitirá a continuidade da modernização e a ampliação das capacidades militares chinesas e o CRS pode vir a ser instrumento facilitador da projeção desse poder militar no exterior. A iniciativa tem um cunho majoritariamente econômico, mas, domesticamente, o país tem investido na modernização do seu aparato militar, principalmente no sentido de garantir a segurança dos seus ativos econômicos no exterior, como mencionado no Livro Branco de estratégia de segurança do país de 2013 (Hung, 2018).

Ao mesmo tempo, o CRS aponta para a consolidação de uma ordem centrada na China, ao menos em nível regional, em um primeiro momento. Por meio do aprofundamento das redes de conexão da China com seus vizinhos e da interdependência econômica entre eles, a China pode vir a ter maior influência sobre esses países e maior capacidade de determinar os rumos das dinâmicas regionais.

A assimetria de capacidades materiais entre a China e os demais participantes da iniciativa garantiria a centralidade do país nessas redes de interdependência e a capacidade de influência desproporcional em relação aos demais países participantes.

Simultaneamente, instituições multilaterais têm sido criadas às margens da iniciativa para facilitar a coordenação e a cooperação entre os participantes, como o Fórum do Cinturão e Rota da Seda, e, para financiar projetos propostos, como o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB, do inglês). No caso do Fórum, a instituição pode ser instrumento para a consolidação da ordem asiática centrada na China, ao favorecer a comunicação e a coordenação entre os governos dos diversos países participantes.

Já no caso do AIIB, a instituição atua de forma alternativa e complementar às instituições lideradas pelas potências ocidentais, enfraquecendo em alguma medida o monopólio dessas instituições no financiamento do desenvolvimento (Ohashi, 2018). Contudo, a base do CRS continua sendo o estabelecimento de relações bilaterais com os países que aderem ao projeto.

Ao mesmo tempo, o CSR pode ser visto como um mecanismo para a promoção de novos valores e ideias, para o gerenciamento da ordem internacional, em detrimento dos valores ocidentais (Pu, 2016). De acordo com a TEH, um poder hegemônico vai buscar promover a governança das relações internacionais de acordo com seus valores, princípios e interesses.

Os Estados Unidos fizeram isso ao consolidar a ordem liberal-democrática, baseada em instituições multilaterais, no período pós-Segunda Guerra Mundial. Seguindo a mesma lógica, o CRS pode ser uma forma de expandir valores e princípios chineses para o gerenciamento das relações internacionais.

Em suma, de acordo com a TEH, a hegemonia não é apenas uma questão de preponderância de capacidades materiais de poder e do uso da força, mas é função da autoridade que o poder preponderante exerce no sistema e a legitimidade conferida pelos demais participantes à ordem proposta por ele. A partir dessa perspectiva, o CRS pode ser entendido como o início de uma configuração de ordenamento das relações internacionais centrada nos interesses, nos valores e nos princípios chineses e respaldado pelas crescentes capacidades materiais do país.

### **3. Uma breve leitura relacional do Cinturão e Rota da Seda**

A teoria relacional deriva de escritos filosóficos chineses, principalmente dos escritos de Confúcio. É uma teoria que não compartilha das bases filosóficas ocidentais que sustentam o cânon tradicional das teorias de Relações Internacionais, de forma que a teoria difere em termos metafísicos, ontológicos e epistemológicos das demais teorias da disciplina (Qin, 2016).

A base da teoria relacional está no conceito de relacionalidade, que substitui a ideia de racionalidade que predomina nas teorias tradicionais (Qin, 2016). A ideia de relacionalidade significa que o mundo é dado por um conjunto de relações que determinam as conjunturas dos diversos atores sociais – que se tornam atores sociais somente quando inseridos em algum relacionamento – sendo que estas relações estão em constante movimento e mudança. (Qin, 2016).

Assim, o contexto do ator é dado pela totalidade das relações em que está inserido. Diferentemente das teorias tradicionais, a questão da materialidade não é considerada fundamental na determinação de quem pode ser ator social. A teoria relacional é considerada uma teoria estrutural, pois olha para a estrutura criada pelas relações sociais (Zhang, 2015).

A teoria relacional seria a teoria que melhor explicaria o sistema tributário praticado pelo Império do Meio, período em que a China era vista como o poder central do continente asiático em torno do qual as relações internacionais da região giravam (Zhang, 2015). A ascensão da China como grande potência no século XXI tem levantado debates sobre o ressurgimento do Império do Meio, ou a potencial volta de uma hegemonia chinesa na Ásia e, possivelmente, sua extensão para uma hegemonia global.

O CRS, por nome, já resgata a história chinesa bem-sucedida de comércio com a Europa e busca resgatar o mesmo espírito de dinamismo econômico que a rota possuía em sua época. Logo, a iniciativa pode ser entendida como instrumento para a reinauguração de uma ordem harmoniosa relacional centrada, agora, na República Popular da China, herdeira cultural do Império do Meio. A proposição de uma ordem harmoniosa pelo ator preponderante no sistema não significa que não

haverá resistência ou oposição a ela, como evidencia a observação do sistema tributário (Zhang, 2015).

De acordo com a teoria relacional, as relações são utilizadas para o alcance da ordem social, uma ordem que se propõe ser harmoniosa no sentido de que todos os atores, apesar de suas diferenças, são capazes de conviver e usufruir da mesma sem que haja recurso ao conflito (Qin, 2016). Assim, harmonia seria gerada pelo gerenciamento das relações, culminando em um sistema harmonioso, apesar das diferenças – em termos materiais, valores e de interesses – entre seus membros. O CRS pode ser entendido como uma proposta de um “futuro comum” para as nações asiáticas (Ohashi, 2018).

Logo, o CRS pode ser visto como um instrumento para promover o aprofundamento das relações entre os países asiáticos, de forma a criar relações harmoniosas onde haja ganhos para todos, apesar das diferenças de interesses e prioridades entre esses países. Em contrapartida, a estratégia está imbuída na ideia de ascensão pacífica, em que a ascensão chinesa não precisa representar uma ameaça para os demais países do sistema, mas oportunidades de ganhos para estes. Para a teoria relacional, os atores escolhem suas estratégias pensando em como vão impactar as relações em que estão inseridos, buscando evitar conflitos (Zhang, 2015).

A questão do exercício e do acúmulo de capacidades de poder é compreendida de forma diferenciada na Teoria Relacional. A partir dessa perspectiva, poder é relacional. Ou seja, poder é a capacidade de gerenciar relacionamentos a fim de influenciar o processo de decisão do outro com o intuito de alcançar a ordem harmoniosa (Qin, 2016).

Isso não exclui a importância do acúmulo de capacidades materiais de poder, mas a expansão da influência, por meio de relacionamentos, e a obtenção de prestígio seria considerado mais relevante do que a acumulação de capacidades materiais (Qin, 2016). Por exemplo, no contexto atual, a China tem -se aproximado dos países em desenvolvimento, oferecendo auxílio ao desenvolvimento em troca de lealdade e aproximação política (Hung, 2018). Isso pode ser observado no caso da mudança de reconhecimento de Taiwan para a República Popular da China por diversos países na África e na América Latina.

De acordo com a teoria relacional, hegemonia é entendida como o acúmulo de capacidades e o reconhecimento da legitimidade dos comportamentos e regras que derivam da primazia de um determinado estado sobre o sistema (Zhang, 2015). Assim, o CRS pode ser entendido como uma tentativa de ampliar a influência da China sobre os países participantes da iniciativa por meio do aprofundamento de relações econômicas, políticas e sociais por meio da iniciativa.

Nesse sentido, investimentos sob o guarda-chuva da CRS entendidos como não interessantes, no sentido comercial ou de mercado, poderiam ser entendidos a partir do esforço da China de aumentar seu prestígio em relação aos seus parceiros, mostrando uma preocupação maior com o desenvolvimento de relações do que com o acúmulo de capacidades materiais.

Isso significa que não apenas a relacionalidade instrumental importa no cálculo da estratégia do ator dominante, mas também o “cálculo expressivo”, relacionado ao impacto sobre as relações desse ator (Zhang, 2015). A preponderância da lógica instrumental ou expressiva vai variar de acordo com o grau de conflito da relação em questão, de forma que quanto maior o conflito, mais prevalecerá a lógica instrumental (Zhang, 2015).

O entendimento de grande estratégia a partir de uma perspectiva relacional difere do entendimento tradicional de grande estratégia, como a identificação dos interesses nacionais e sua priorização, a identificação das potenciais ameaças a esses interesses e os meios e recursos necessários para proteger esses interesses (Zhang, 2015).

A ideia de grande estratégia no sentido relacional é dada pelo processo de interação estratégica, em que os atores desenvolvem relativamente meios coerentes para alcançar determinados fins em suas relações. Esses fins são dados no contexto relacional de cada ator, de forma que não podem ser estabelecidos *a priori* e estão sempre em constante transformação (Zhang, 2015).

Assim, o CRS pode ser entendido como uma grande estratégia chinesa, no sentido de que resulta de práticas relacionais já vivenciadas pela China em suas relações com seus parceiros e que consolida o interesse de criar uma ordem harmoniosa em decorrência delas.

Logo, o CRS pode ser entendido como uma estratégia chinesa para consolidar na Ásia uma ordem centrada no país, promovendo de forma progressiva e gradual o isolamento e a remoção dos Estados Unidos das questões regionais, sem a utilização do uso da força, apenas por meio do aprofundamento das redes de interdependência econômica entre os países da região (Rolland, 2017). Essas redes de interdependência econômica estariam centralizadas na China, como principal país exportador de capital para a região e principal parceiro comercial de seus vizinhos regionais.

Em suma, partindo de uma perspectiva relacional, o CRS pode ser entendido como a consolidação de uma estratégia para o desenvolvimento de uma ordem harmoniosa centrada na China, que deriva do seu contexto relacional e de preponderância material. Por meio da iniciativa, a China buscaria promover uma ordem em que, apesar das diferenças, todos os participantes tivessem proveito. Para tanto, ela estaria disposta a trocar ganhos e benefícios econômicos por lealdade e alinhamento político.

#### **4. Uma breve reflexão sobre a possibilidade de uma síntese realista-relacional**

As duas leituras oferecem conclusões semelhantes e divergentes sobre o papel da iniciativa Cinturão e Rota da Seda. É preciso compreender que diferenças filosóficas e ontológicas marcam as diferentes perspectivas das duas teorias. Contudo, argumenta-se que apesar dessas divergências é possível buscar uma síntese entre as duas perspectivas na medida que a experiência da República Popular da China, desde sua fundação, é circunscrita no sistema de estados nacionais fundado em Vestefália e que continua sendo a principal forma de organização do sistema internacional.

Simultaneamente, como herdeira cultural do Império do Meio, praticante do sistema tributário que é fonte para a teoria relacional, estes fundamentos filosóficos acabam informando a formação da estratégia chinesa no sistema internacional de estados modernos. A RPC é um estado socializado nesse sistema e que aprendeu a operar no mesmo por meio da sua experiência como país em desenvolvimento e sob a influência das grandes potências desse sistema.

Dada a influência simultânea das duas condições sobre a formulação da atuação chinesa no sistema internacional e sua visão sobre seu lugar nesse sistema, é preciso uma perspectiva que assimile tanto o aspecto estratégico e de poder do sistema, associado às teorias tradicionais do cânon das Relações Internacionais, como o entendimento de como se configura a ordem internacional de forma ideal a partir de uma perspectiva chinesa. Assim, busca-se discutir a possibilidade de uma síntese de uma leitura realista e relacional sobre a Iniciativa Cinturão e Rota da Seda.

A teoria relacional é importante para a compreensão da percepção chinesa das bases de uma ordem internacional ideal por meio da sua perspectiva cultural e filosófica. Contudo, a teoria relacional possui algumas lacunas que são fundamentais para a compreensão da inserção chinesa no sistema internacional.

Em primeiro, a teoria falha em tratar das assimetrias de poder que permeiam os relacionamentos que formam o contexto em que a China está inserida. Por mais que a lógica advogada seja harmoniosa e não de disputa por poder, surgem questionamentos sobre em que medida essa ordem harmoniosa não beneficia alguns mais que outros e como a percepção de harmonia pode variar de acordo com a posição do estado no contexto relacional em que está inserido, de forma que um sistema harmonioso percebido como interessante para a China pode não ser percebido da mesma forma por outros estados.

A experiência do sistema tributário e as resistências sofridas revelam que a formação de uma ordem harmoniosa não é necessariamente sinônimo de uma ordem plenamente benevolente (Zhang,

2015). Em suma, poder e as assimetrias de poder importam, principalmente quando a China se propõe a ser parte do sistema westfaliano de estados e a agir dentro dele.

É importante ressaltar que a teoria relacional surge da análise de um período anterior à paz de Vestefália e do sistema moderno de estados (Zhang, 2015), de forma que a produção de uma ordem puramente baseada na teoria relacional incluiria o rompimento com o formato de sistema internacional de estados nacionais que se tem atualmente. Até o presente momento, a China não tem apresentado uma alternativa, nesse sentido de rompimento com o modelo de estados nacionais, podendo-se presumir que o país busca maior inserção da ordem internacional moderna.

Pelo contrário, a China tem sido grande defensora da soberania dos estados em relação às suas questões domésticas e do princípio de não-intervenção. A ascensão da China e uma nova ordem hegemônica centrada no país não podem ser vistas como uma mera tentativa de reprodução do sistema tributário, mas sim um processo marcado por dinâmicas assimétricas de dependência econômica que geram resistência de países vizinhos e entra em rota de colisão com o poder hegemônico militar e politicamente ainda predominante na região (Hung, 2018).

Assim, uma leitura da iniciativa do Cinturão e da Rota da Seda que leve em consideração a teoria relacional e a teoria realista precisa levar em consideração como os relacionamentos estabelecidos dentro dessa iniciativa criam padrões de relacionamento assimétricos que beneficiam alguns atores, principalmente a China, mais que outros. Essa percepção, por mais que seja informada por uma lógica realista, mais que uma lógica relacional, não é completamente contraditória à teoria relacional, visto que a teoria assume ser possível que os relacionamentos sejam utilizados para o alcance de interesses próprios.

Uma dificuldade de trabalhar com uma leitura realista da atuação chinesa no sistema internacional é a clara rejeição do conceito de hegemonia pelo governo chinês, uma vez que o termo carrega grande peso negativo para uma China, que foi vítima da intervenção hegemônica das potências ocidentais em sua região (Rolland, 2017).

Assim, não há uma afirmação positiva chinesa de que a hegemonia regional ou global seja o objetivo do país, mas um sistema harmonioso no sentido confucionista, em que, apesar das diferenças, todos os países podem usufruir em alguma medida da ordem internacional (Rolland, 2017).

A opção pelo exercício da hegemonia, porém, não é uma escolha *a priori* do poder preponderante, mas resposta aos constrangimentos do sistema internacional diante da instabilidade recorrente na ausência de um poder hegemônico que patrocine o ordenamento das relações internacionais, principalmente da economia internacional (Kindleberger, 1981).

O conceito de hegemonia, a partir da TEH, revela uma compreensão do exercício da hegemonia mais sofisticado do que o puro uso da força como tradicionalmente entendido. A partir dessa perspectiva, a hegemonia é mais que a preponderância de poder material, sendo, sim, o exercício da liderança na governança da ordem global e envolve a provisão de bens públicos para os que aceitam e participam da ordem hegemônica proposta, conferindo-lhe legitimidade (Gilpin, 1981).

Isso não significa que a preponderância material não seja relevante, pelo contrário, a preponderância material é fundamental para o fornecimento de bens públicos e para que a ameaça da coerção seja uma possibilidade crível criando maiores incentivos para o aceite à ordem proposta pelo poder hegemônico.

Atualmente, na prática chinesa, o aprofundamento de relações econômicas de interdependência tem sido utilizado como instrumento para influência política, por mais que seja negado por Beijing. E, a suspensão de laços econômicos é uma arma diplomática disponível no arsenal chinês (Hung, 2018).

Além disso, a TEH assume que a hegemonia não é dada apenas pela preponderância das capacidades materiais, mas pelo prestígio, o aspecto psicológico do poder que confere legitimidade e autoridade ao poder hegemônico em questão (Gilpin, 1981).

Para a TEH, contudo, o prestígio é ganho por meio do uso da força material para determinar os rumos do ordenamento no sistema, principalmente em uma grande guerra, que revele a mudança na distribuição de capacidades de poder material no sistema e consolide uma nova hierarquia de prestígio baseada nessa nova distribuição de capacidades materiais (Gilpin, 1981).

Já na teoria relacional, o prestígio é estabelecido por meio do aprofundamento e do gerenciamento de relacionamento a fim de construir um ordenamento harmonioso em que todos os estados usufruam e coexistam, apesar das diferenças, de forma harmoniosa (Qin, 2016). Ou seja, o prestígio não é obtido pelo uso da força, mas pelo uso não violento de capacidades materiais. Em termos gerais, o entendimento de hegemonia das duas teorias se assemelha, apesar das diferentes bases filosóficas das quais derivam.

A teoria relacional, contudo, traz de novidade para a lógica realista uma mudança na relação com as questões materiais. Uma perspectiva relacional está mais preocupada com o estabelecimento de relacionamentos que permitam o alcance dos objetivos do estado do que com a acumulação de capacidades materiais de poder.

A importância do prestígio e do estabelecimento de relações econômicas mesmo que desvantajosas para a potência em ascensão é vista como fundamental e de maior relevância que a

acumulação de capacidades materiais imediatas, já que essas relações podem gerar lealdade em momentos futuros. A possibilidade de obtenção de prestígio e legitimidade por vias não violentas pode alterar a dinâmica de transição entre ordens hegemônicas no sistema.

Em diversas instâncias, é possível perceber o esforço da República Popular da China em obter maior prestígio e legitimidade nas esferas de governança do sistema internacional, afastando-se sempre da possibilidade do uso da força. Como já argumentado, o CRS pode ser entendido como uma estratégia de construção de uma ordem harmoniosa centrada na China, evitando o recurso ao uso violento da força, estabelecendo relações de ganhos mútuos entre os seus parceiros e criando um senso de “destino comum” e lealdade entre eles.

A vivência chinesa no sistema internacional moderno, porém, deixou evidente que a ausência de capacidades materiais que assegurem a sobrevivência e a soberania do país pode ter um custo muito alto, dada a experiência do país diante das invasões estrangeiras. Assim, apesar de se poder argumentar que a estratégia chinesa se aproxima mais de uma estratégia baseada na teoria relacional que da teoria realista, em termos da dinâmica prestígio e poder material por motivos culturais, o aprendizado histórico levou o país a ter uma estratégia de acúmulo e de modernização de capacidades de poder material, inclusive militar, a fim de assegurar o êxito da maior inserção do país no sistema internacional.

Desde os anos 1990, a China tem investido de forma mais intensiva no desenvolvimento de suas capacidades militares, aumentando seu arsenal de mísseis balísticos, modernizando seu arsenal nuclear e modernizando sua marinha e força aérea (Christensen, 2015). O CRS é simultâneo a iniciativas de modernização e sofisticação do aparato militar chinês e a missão do *People's Liberation Army* (PLA) inclui, desde 2013, a proteção dos ativos econômicos do país no estrangeiro. Além disso, não se pode ignorar que parte da infraestrutura de transporte construída dentro do CRS, com o objetivo primário de facilitar transações comerciais, também pode ser usada para o deslocamento de capacidades militares em caso de necessidade.

As escolhas estratégicas da China precisam ser, também, entendidas diante da percepção chinesa de que o distúrbio da ordem internacional, principalmente dos fluxos econômicos, que foram fundamentais para o desenvolvimento da economia nacional, não é do interesse do país (Hung, 2018). Apesar de ser uma potência em ascensão, que busca maior participação e influência sobre as dinâmicas de governança internacional, a China não busca a derrubada da ordem liberal internacional (Christensen, 2015).

Assim, pode-se argumentar que o que está em jogo é a reforma e a disputa pela liderança dessa ordem (Ikenberry, 2011), de forma que a ascensão da China não colocaria em disputa a ordem

neoliberal criada pela hegemonia estadunidense, apenas coloca em disputa a preponderância geopolítica dentro da mesma (Hung, 2018).

A combinação do cálculo realista com o cálculo relacional, na formulação da estratégia do CRS, ajudaria da resolução de questões como a armadilha de Tucídides, por exemplo, uma vez que potencialmente permitiria a ascensão chinesa, em nível regional, sem que o país passasse a ser visto como uma ameaça (Rolland, 2017).

Além disso, ao focar na expansão para o Oeste, por vias terrestres, teoricamente, evitaria rotas de conflito com as zonas de influência do poder militar estadunidense (Rolland, 2017). Contudo, não resolve a questão da gradual e da progressiva perda de influência e centralidade dos Estados Unidos na região asiática, se a estratégia for bem-sucedida em sua implementação.

A forma como os Estados Unidos responderão a essa progressiva perda de espaço na região será determinante para a possibilidade de uma transição pacífica de liderança hegemônica no continente asiático. Além disso, apesar de os países da região se beneficiarem da iniciativa em alguma medida, há um agravamento das assimetrias e do desequilíbrio de poder entre os países da região, o que pode gerar resistência em relação ao aprofundamento da dependência desses países em relação à China (Christensen, 2015).

Na prática, até o presente momento, a implementação da estratégia não tem sido sem conflitos e discussões. Há tensões políticas envolvendo corrupção, altos custos, a grande dívida gerada pelos projetos chineses e, ainda, há um grande esforço dos EUA em exortar os países da região sobre o perigo da “armadilha da dívida”, que o CRS pode representar para esses países (Ang, 2019; Kliman et al., 2019; Kyzy, 2019). Porém, o período de implementação da iniciativa até o momento é ainda pequeno se comparado como o projeto de longo prazo que pretende ser, de forma que não é possível chegar a uma conclusão sobre o sucesso e a eficiência em relação à consolidação da influência chinesa no seu entorno regional.

A dinâmica do sistema moderno de estados se aproxima mais da lógica realista, em que as disputas de poder são recorrentes, levando ao questionamento de até que ponto a lógica relacional proposta pela Republica Popular da China por meio da sua atuação no sistema internacional vai conseguir suprimir essa dinâmica e instalar um outra em seu lugar. A análise das duas perspectivas dinâmicas de poder é mais presente na teoria relacional e na prática política que deriva dela do que geralmente se assume na literatura.

Nesse sentido, a lógica da teoria relacional seria compatível com o realismo no sentido de informar a atuação do poder hegemônico na construção do ordenamento do sistema, mas sem deixar

de considerar a relevância das questões materiais, principalmente da assimetria de poder material para a sustentação da ordem “harmoniosa” proposta.

A TEH concebe que a ordem internacional sempre vai seguir a orientação ideológica e valorativa do país preponderante, o que significa que a ascensão da China e sua possível consolidação como poder hegemônico resultarão em uma ordem internacional que pode ter características relacionais se afastando de alguns princípios e valores ocidentais que sustentaram a ordem internacional até então.

## **Conclusão**

A ascensão da China e sua atuação no sistema internacional representa um desafio para as teorias de Relações Internacionais, uma vez que a ação do país é informada por bases filosóficas diferentes que as bases ocidentais. Ao mesmo tempo, a atuação chinesa é cada vez mais relevante no sistema internacional e a compreensão da grande estratégia do país se torna fundamental para que se possa entender as relações internacionais do momento e as perspectivas futuras para o ordenamento internacional. A iniciativa do Cinturão e Rota da Seda desponta como uma das principais estratégias de atuação da China com objetivos de longo prazo.

Uma leitura, a partir de uma perspectiva realista e de uma perspectiva relacional, aponta para a utilização da iniciativa como componente importante da grande estratégia chinesa para o século XXI. Ambas as leituras apontam para um novo ordenamento das relações internacionais da Ásia centradas na China, por meio do aprofundamento de relações bilaterais de interdependência econômica, podendo resultar em uma nova hegemonia chinesa regional com potencial global.

A combinação das duas perspectivas, contudo, se mostra ainda mais proveitosa para a compreensão da atuação chinesa, uma vez que a dinâmica do sistema internacional de estados modernos se aproxima mais da lógica realista que relacional, sendo que, ao mesmo tempo, a atuação da China é informada pela lógica relacional.

Assim, o relacionalismo, se entendido como conjunto de valores e princípios que informam e fundamentam as escolhas estratégicas da China, junto com a observação sobre as dinâmicas de poder no sistema internacional, pode auxiliar na melhor compreensão do significado da iniciativa do Cinturão e Rota da Seda para o sistema internacional.

## **Referências**

- ANG, Yuen Y. (2019). Demystifying belt and road: the struggle to define China's "project of the century". **Foreign Affairs**, 22 May. Disponível em [https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2019-05-22/demystifying-belt-and-road]. Acesso: 10/07/2022.
- CHRISTENSEN, Thomas J. (2015). **The China challenge: shaping the choices of a rising power**. Nova York: W. W. Norton & Company.
- GILPIN, Robert. (1981). **War and change in world politics**. Nova York: Cambridge University Press.
- HUNG, Ho-Fung. (2018). A ascensão da China, a Ásia e o sul global. **Revista de Economia Contemporânea**, 22 (1): 1–26. <http://dx.doi.org/10.1590/198055272213>
- IKENBERRY, John G. (2011). **Liberal Leviathan: the origins, crisis, and transformation of the American World Order**. Princeton: Princeton University Press.
- KINDLEBERGER, Charles (1981). Dominance and leadership in the international economy. **International Studies Quarterly**, 25 (2): 242-254.
- KLIMAN, Daniel, et al. (2019). **Grading China's Belt and Road**. Disponível em: [https://www.cnas.org/publications/reports/beltandroad]. Acesso: 10/07/2019.
- KYZY, Aruuke U. (2019). Why is anti-chinese sentiment on the rise in central Asia? **The Diplomat**, 8 October. Disponível em: [https://thediplomat.com/2019/10/why-is-anti-chinese-sentiment-on-the-rise-in-central-asia/]. Acesso: 10/07/2022.
- MARTINS, Fernanda C. B.; VALLS PEREIRA, Lia C. B. F. (2019). O Belt and Road Initiative e a transição de modelo de desenvolvimento econômico na República Popular da China. **Oikos**, 18 (3): 73–85.
- OHASHI, Hideo. (2018). The Belt and Road Initiative (BRI) in the context of China's opening-up policy. **Journal of Contemporary East Asia Studies**, 7 (2): 85–103. <http://dx.doi.org/10.1080/24761028.2018.1564615>
- PIRES, Marcos C.; PAULINO, Luís A. (2017). Reflexões sobre a hegemonia e a política internacional da China: a iniciativa "cinturão e rota" como uma estratégia de desenvolvimento pacífico. **Relaciones Internacionales**, 53: 207-228.
- PU, Xiaoyu. (2016). One belt, one road: visions and challenges of China's geoeconomic strategy. **Mainland China Studies**, 59 (3): 111–126.
- QIN, Yaqing A. (2016). A relational theory of world politics. **International Studies Review**, 18 (1): 33-47. <http://dx.doi.org/10.1093/isr/viv031>
- ROLLAND, Nadège. (2017). China's "belt and road initiative": underwhelming or game changer? **The Washington Quarterly**, 40 (1): 127–142. <http://dx.doi.org/10.1080/0163660X.2017.1302743>
- ZHANG, Feng. (2015). **Chinese hegemony: grand strategy and international institutions in east Asia history**. Stanford: Stanford University Press.